



MUNICÍPIO DE ARGANIL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta n.º 04

Sessão Ordinária
da
Assembleia Municipal
realizada
em
20 de Junho de 2020



Assembleia Municipal

ACTA N.º 4

-----Aos vinte dias do mês de Junho do ano de dois mil e vinte, no Auditório da Cerâmica Arganilense, reuniu, pelas dez horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Arganil, sob a presidência de Ricardo Pereira Alves, sendo secretariado pelos Senhores Deputados António Gonçalves Cardoso e Nuno Alberto Fernandes do Couto Espinal, na qualidade de 1º e 2º secretários, respectivamente.-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para “saudar-vos a todos e dizer o quão bom é rever os senhores deputados municipais, pois a última Assembleia foi em circunstâncias diferentes, por videoconferência; quero saudar também o executivo camarário e a imprensa presente. Decidimos fazer esta Assembleia de modo presencial, uma vez que considerámos que estavam reunidas as condições para o poder fazer e também porque este espaço proporciona que esta Assembleia possa decorrer com segurança e seguindo aquilo que são os normativos e as recomendações da Direção Geral de Saúde.-----

-----Queria também agradecer o cumprimento das regras, nomeadamente o uso de máscara, quando usarem da palavra poderão retirá-la e também pedia que os senhores deputados, de forma a podermos assegurar o melhor procedimento possível, quando usarem da palavra o façam no púlpito e não no local onde se encontram, para evitar a utilização por várias pessoas, dos mesmos equipamentos.”-

-----O Senhor Presidente deu a palavra ao **Segundo Secretário da Mesa**, que procedeu à chamada nominal, tendo respondido os seguintes elementos:-----

-----**Deputados Municipais eleitos:**-----

-----Ricardo João Barata Pereira Alves, António Gonçalves Cardoso, António Miguel Ribeiro Pinheiro, João José Monteiro Figueira, em substituição de Sara Rita Rodrigues Pedroso, Manuel Augusto Simões Rodrigues, Daniel Ricardo Simões Gonçalves, Luis da Silva Moreira Gomes, Nuno Alberto Fernandes do Couto Espinal, Fernanda Maria Marques Martins Pacheco, Maria do Céu Brito Coelho Alves Paulino, em substituição de Tamára Alexandre Brandão Simão, André Rodrigues Vicente, Miguel Mateus Teixeira, Carlos Miguel Oliveira Nobre, em substituição de Ivone Inês de Almeida Sousa Borges, António João Lopes, Christophe Rodrigues Coimbra, Mário Rui Adrião Gonçalves e Maria José das Neves Fernandes Silva.-----

-----**Deputados Municipais com Assento:**-----

-----Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, João António Travassos Nunes; Presidente da Junta de Freguesia da Benfeita, José Gonçalves da Costa Pinheiro; Presidente da Junta de Freguesia de Celavisa, Maria do Rosário Gomes Oliveira; Presidente da Junta de Freguesia de Folques, Paulo Jorge Travassos Batista; Presidente da Junta de Freguesia de Piódão, José da Conceição Lopes; Presidente da Junta de Freguesia de Pomares, Amândio Fernandes Dinis; Presidente da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira, Luís Fernando das Neves Rodrigues;



Assembleia Municipal

Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, José Manuel Fidalgo Nogueira; Presidente da Junta de Freguesia do Sarzedo, Idílio Jorge Araújo Correia; Presidente da Junta de Freguesia das Secarias, António Souto de Carvalho; Tesoureiro da União das Freguesias de Cepos e Teixeira, José Manuel Nunes Lopes; Presidente da União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, Adelino Antunes de Almeida; Presidente da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, João Manuel Marques Tavares e Presidente da União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, Paulo Jorge Marques Amaral.-----

-----Faltaram os senhores deputados municipais Ana Sofia Antunes, Joana Rita Oliveira Gomes e Mário Pereira Gonçalves, não tendo apresentado justificação das faltas.-----

-----O Segundo Secretário da Mesa deu ainda conhecimento do pedido de justificação da falta da senhora deputada Elisabete Simões Oliveira.-----

-----Também estavam presentes o Senhor Presidente da Câmara, Luís Paulo Costa, acompanhado pela restante Vereação, respectivamente Paula Dinis, Luís Almeida, Érica Castanheira, Fernando Vale e Tyoga Macdonald.-----

-----Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para informar que “não há correspondência, salvo aquela que foi enviada aos senhores deputados para conhecimento, nomeadamente sobre a possível construção de uma mini-hídrica do Vale das Botas; tivemos duas questões colocadas ao Governo, uma pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, outra pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, e também houve resposta de recepção da nossa Moção do Gabinete do Primeiro-Ministro e também no Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português e do PEV.”-----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia** para referir que só havia sido recebido expediente por via digital, que tinha sido enviado a todos os senhores deputados, por e-mail, para conhecimento.-----

1 - Discussão e votação da Acta da Sessão Ordinária nº 3, realizada no dia 25 de Abril de 2020.-----

-----Não havendo registo de intervenções, a acta foi aprovada por maioria, com uma abstenção e trinta votos a favor.-----

2 - Assuntos de Interesse para o Município.-----



Assembleia Municipal

-----Pedi a palavra o senhor deputado municipal **Luis Gomes** para referir que “a minha intervenção é no sentido de deixar aqui e de pedir à Assembleia um voto de pesar, pelo falecimento do senhor Abílio Lopes Francisco. Abílio Lopes Francisco foi um dos primeiros militantes do PSD, na altura PPD, portanto um social-democrata desde a primeira hora. Desempenhou um papel relevante na freguesia de que foi Presidente, freguesia de Pomares. Era um indivíduo que participou em todas as grandes coisas que se fizeram na sua terra adoptiva, pois ele era natural do Piódão mas desde muito cedo se radicou em Pomares e aí desempenhou um papel importante, não só como autarca mas também a nível cultural; é preciso não esquecer que ele foi, ao longo de muitos anos, o maestro da Filarmónica Pomarense. Aqui fica, da parte da bancada do PSD, e penso que, de uma maneira geral, de toda a Assembleia, a nossa manifestação de pesar e pedia um minuto de silêncio em sua memória.”-----

-----A Assembleia Municipal fez um minuto de silêncio, em memória do Senhor Abílio Lopes Francisco.-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para “associar-me, enquanto Presidente da Assembleia Municipal a este voto de pesar; de facto, o Senhor Abílio Francisco foi uma personalidade marcante, não apenas de Pomares, mas do concelho de Arganil, não só como autarca, mas como homem da cultura popular e é uma perda grande para o concelho, e sobretudo para a freguesia de Pomares. Por tudo isso aqui fica o nosso respeito pela sua memória e pelo seu exemplo, que será sempre inspirador para as gerações futuras.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado municipal **Miguel Pinheiro** para referir que “é um gosto voltar a estar na presença de todos e assinalar este retorno destes actos democráticos e de cidadania à sua versão mais ou menos normal.-----

-----Queremos associar-nos ao voto de pesar proposto pelo senhor deputado Luis Gomes. Abílio Lopes Francisco, que julgo ter sido também candidato pelo Partido Socialista em 1993, é uma figura que merece todo o nosso respeito e a dignidade dessa homenagem que foi aqui proposta.-----

-----Gostava de referir ao Senhor Presidente que estamos a passar um momento em que há uma série de frentes de trabalho, iniciadas pelo município, acho que não é altura de começarmos já a fazer balanço, nem do decorrer das empreitadas nem de eventuais incómodos com as obras, pois eles são naturais, são óbvios e é bom sinal que estejam a acontecer; o que desejamos é que corram sem sobressaltos e com o máximo de eficácia possível. Queríamos chamar à atenção de que vale a pena, tendo em conta o tom e a postura do município na comunicação mediática das obras e do investimento, julgamos que vale a pena também uma palavra para um pouco de, eu não diria decoro, mas do enquadramento mais consentâneo com a verdade,



Assembleia Municipal

em relação ao volume de investimento; é verdade que está a haver um investimento muito grande no município, mas também é de justiça assinalar que grande parte desse investimento também decorre de um esforço de investimento supramunicipal, nomeadamente tendo em conta as ocorrências relacionadas com os incêndios e que obrigaram também a uma discriminação positiva para estes territórios à qual o Estado e o Governo do Partido Socialista acorreram e tem sido um mandato difícil para todos, para os órgãos autárquicos, mas também para os órgãos nacionais e para o Estado e julgo que tem havido uma resposta eficaz e, realmente, isto só lá vai com todos. É importante também referir que se é uma altura de um maior investimento no município de Arganil, como o Senhor Presidente costuma dizer, também é, se não o maior, um dos maiores momentos de investimento supramunicipal, seja ao nível directamente do Estado, seja ao nível das figuras das empresas de estatuto público, como na questão das águas, seja no caso das entidades sectoriais de cariz público, como por exemplo da Agência Portuguesa do Ambiente, seja também com o reforço importantíssimo do Fundo Social de Solidariedade da União Europeia, que também permitiu um forte investimento. É preciso aproveitá-lo, está em andamento, e diz-nos respeito a todos e não só a alguns.-----

-----Gostava de pegar nesta questão das obras e tentar perceber, com o Senhor Presidente, qual é que é o andamento da intervenção na vila, pois está um cartaz na Fonte de Amandos que refere a intervenção no Largo Ribeiro de Campos e das ruas adjacentes, até ao pelourinho, e a rua da Tasquinha; também a intervenção na Rua Comendador da Cruz Pereira e ainda depois a rua que vem para cima, até ao Intermarché, Rua António Galvão. Qual é a sequência, pois julgo que não é só uma empreitada, são empreitadas diferentes, porque segundo me lembro, a Rua Comendador da Cruz Pereira não estava sequer no conjunto das ruas da empreitada inicial da candidatura de requalificação urbana; gostava que me pudesse esclarecer acerca dessa situação. Pergunto também se há perspectiva de haver, dentro desta empreitada, ou na continuidade da concretização física da candidatura, até ao final de 2021, ou até ao momento das eleições, que neste momento é o ponto em questão, para onde o Senhor Presidente está a apontar, se havia a previsão de continuidade de intervenção para a Av. das Forças Armadas, para o Largo da Igreja, para a Rua Visconde Sanches Frias, para a Avenida e para a Praça; Avenida e Praça, cada uma delas com circunstâncias diversas, sendo que a Avenida tem a questão da Galeria e a Praça Simões Dias tem a questão de já estar pronta, praticamente; está pronta, mas depois foi apresentado outro projecto e ficámos um bocado nesta indefinição. Gostava de saber, Senhor Presidente, quais são as suas intenções para o passo seguinte.-----

-----Há um ano atrás foi aqui apresentado, no âmbito do Seminário *Os Incêndios e a Resiliência do Território*, o projecto A Floresta da Serra do Açor; eu gostava de saber o que é que tem sido feito, se a entidade, a associação gestora, já está formada, se já está a trabalhar, se inclui todas as Associações de Compartes que fazem parte do



Assembleia Municipal

Projecto e as que não fazem, pois acho que era importante agregar em todas esta vontade, para mais tarde poderem usufruir de uma nova estratégia, e na altura o Senhor Presidente disse que havia um grupo empresarial que ia financiar esta intervenção, qual era o grupo empresarial, não me parece que tenha sido apresentado até agora, se é possível, se ainda vamos ter que esperar mais um bocado.-----

-----Ainda relativamente à defesa da floresta, gostava de fazer aqui um parêntesis e congratular-me com as intervenções de construção de pontos de água novos, feitos em Folques e na União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz.-----

-----Gostava de questionar se já temos alguns interessados para comprar lotes na Ampliação da Zona Industrial da Relvinha, em planta, como se costuma fazer com os apartamentos.-----

-----Na última Assembleia questionei sobre o projecto do Cineteatro e o Senhor Presidente disse que as especialidades estavam em elaboração e o projecto estava em fase de conclusão; gostava de saber se já temos uma estimativa, se já foi concluído e qual é que é a estimativa de intervenção.-----

-----Questionar ainda se houve andamento para as questões levantadas de parecer, em relação à construção da piscina em S. Martinho da Cortiça e se é possível ponderar, prever, que de hoje a um ano possamos sair daqui e mandar um mergulho em S. Martinho da Cortiça.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado municipal **Christophe Coimbra** para referir que “começo por vos dizer que é com muito gosto que vos revejo a todos, ainda que com as condicionantes a que este novo normal nos obriga.-----

-----Trago neste período antes da ordem do dia algumas questões que gostaria de colocar ao Sr. Presidente da Câmara com o intuito de melhor podermos perceber que impacto teve e está a ter a pandemia da Covid-19 nos múltiplos investimentos que o município está a promover, directa e indirectamente, bem como na saúde das empresas do nosso território.-----

-----É fácil perceber, até para os menos interessados ou atentos, que o nosso território é, neste momento, alvo de um número elevado de intervenções e investimentos, alguns deles considerados estruturantes, como é o caso particular do investimento na Zona Industrial da Relvinha.-----

-----Obviamente que a pandemia que nos afecta poderá ter colocado alguns emperros em processos que por si só já são em alguns casos demasiado burocráticos. Também não será de excluir que quer o quadro de funcionários da câmara, quer os quadros de funcionários das empresas prestadoras de serviços/empresas contratadas tenham sofrido reduções consideráveis pelas imposições associadas à pandemia. Com base em todas as condicionantes que esta pandemia nos colocou até à presente data, e com a incógnita existente sobre qual será a evolução desta pandemia nos próximos tempos, questiono o Senhor Presidente, de uma forma genérica, em que ponto se encontram as mais relevantes



Assembleia Municipal

obras a decorrer no nosso concelho e que perspectiva futura têm sobre essas mesmas obras. No caso em particular da Relvinha, é expectável que tenha que ser feito algum ajuste ao cronograma inicialmente definido? Há algum investimento dentro dos que possam ser considerados mais importantes que prevejam a necessidade de ter que os suspender ou adiar por períodos significativos?-----

-----No que às nossas empresas diz respeito, questiono o Senhor Presidente sobre de que forma, mede o executivo, o impacto que esta pandemia está a ter sobre o nosso tecido empresarial. Dentro da informação que o Município dispõe, e com mais de 3 meses passados sobre o início desta pandemia, que avaliação é possível fazer sobre a saúde do nosso tecido empresarial, desde as micro às grandes empresas do nosso concelho? É possível ao Município efectuar algum tipo de análise sobre o desempenho das nossas empresas nesta fase inicial de desconfinamento? Há algum tipo de indicadores como por exemplo taxa de retoma de actividade ou o número de estabelecimentos que tenham encerrado? Com excepção óbvia para os estabelecimentos que têm que permanecer encerrados por disposição legal.-----

-----Para terminar, e em relação a este tema, gostaria de deixar uma nota para as iniciativas que o Município está a promover no sentido de prestar mais informação e até aconselhar as nossas empresas e em particular o nosso comércio local a adaptar-se a esta nova forma de vida que todos teremos que ter doravante. Atendendo ao que se tem passado, olho com particular importância para a capacidade de um negócio se conseguir tornar visível no mercado digital. Com as pessoas a ficarem mais tempo fechadas em casa, as redes sociais e o comércio digital assumem cada vez mais um papel fundamental no processo de compra. É muito importante transmitirmos estas possibilidades ao comércio local para que cada gestor possa avaliar a viabilidade de implementar novos processos e reinventar o seu negócio se tal for necessário. É importante ser veículo da informação e das possibilidades existentes. Espero que haja por parte dos nossos comerciantes o interesse em conhecer essas novas possibilidades, até que as venham a considerar desadequadas ou desnecessárias. Considero que aqui a obrigação é dar a conhecer, e isso está a ser feito. Que a estas iniciativas se possam somar outras que sirvam como indutores da recuperação económica das nossas empresas.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado municipal **Miguel Teixeira** para referir que “o motivo da minha intervenção é singular e singelo; eu queria apenas questionar acerca de uma situação que já abordei, num momento anterior, na Assembleia Municipal, que é da utilização paralegal daquele terreno na Rua Ramiro Castanheira Jorge, muito em concreto à frente da minha casa, mas que não apenas consubstancia como já referi, poluição visual, sonora e poluição propriamente, em sentido estrito. Como também é algo que está a ser passado numa métrica de paralegalidade, visto que a licença para exploração daquele terreno concedido ao empreiteiro, há muito expirou e não me parece haver, até ao momento, sinais de que algo esteja a ser feito para que a situação fique resolvida, traduzindo-se isso no



Assembleia Municipal

abandono do terreno por parte do empreiteiro, que neste momento ainda o utiliza de maneira livre e discricionária, como um estaleiro de obras, levando a cabo actividades como transacção de materiais, depósito de detritos, etc, etc. Nesse sentido queria questioná-lo e percebendo já de antemão que é um assunto para o qual é possível que tenha que se informar, se não for possível dar-me uma resposta nesta Assembleia, gostaria muito que se lembrasse, poderei fazê-lo de forma formal, por e-mail, dar-me uma resposta num próximo momento.”-----

-----Pedi a palavra a senhora deputada **Maria José Silva** para dizer que “serve a minha intervenção para questionar mais uma vez acerca da questão da ameaça da mini-hídrica do Vale das Botas. Creio que neste momento todos estão esclarecidos acerca dos prejuízos que tal estrutura teria (gosto de usar este tempo verbal condicional, porque estou optimista que o futuro não a fará real).-----

-----Desde que se verificaram movimentações no local, no final do verão passado, várias têm sido as iniciativas de todos os quadrantes sociais, económicos e políticos a manifestarem-se contra esta exploração absurda. Formaram-se grupos anti barragem e circula uma petição online com quase 2000 assinaturas.-----

-----A par desta contestação, o PSD dirigiu ao Ministério do Ambiente e Acção Climática um documento com várias perguntas relativas às maiores preocupações que temos vindo a abordar, aguardando, agora, a resposta oficial.-----

-----Foram transmitidas, várias vezes, e em vários canais, pela comunicação social, as preocupações do Município e das Juntas de freguesia de Côja - Barril de Alva e das Secarias.-----

-----Esta Assembleia votou a favor, por maioria claríssima, uma Moção contra esta instalação.-----

-----Deve ser reconhecido o esforço imenso que o Município tem feito para travar esta construção. Desde os pedidos de reunião com as variadas entidades envolvidas no assunto, aos esclarecimentos feitos acerca da matéria, tanto os membros do Executivo como as Juntas de freguesia que já referi, especialmente pela mão dos seus presidentes, João Tavares e António Souto, têm, de facto, exercido os seus papéis de proximidade com as pessoas e na defesa daquilo que é o seu património. Não vou repetir os argumentos que são mais do que claros, irrefutáveis e entendíveis. Do ponto de vista económico e ambiental é desastroso, as contrapartidas são inexistentes e numa palavra, é venda do rio e do seu futuro ao desbarato.-----

-----O processo de concessão, além disso, está cheio de incorrecções, falhas e dúvidas na cartografia, tendo sido atribuído a uma empresa que nem sequer tem autorização para promover qualquer actividade ligada à construção de barragens ou produção de energia eléctrica.-----

-----Apenas lamento que a pequenez de visão de alguns, aliada a um desejo de ser do contra, porque sim, não tenha feito deste movimento, uma oposição 100% unânime. Não falo apenas aqui na Assembleia, mas também fora. Há sempre uns



Assembleia Municipal

chamados profissionais do contra porque sim, que mudam de feição consoante o vento da pequena vingança palavrosa e que não compreendem o ridículo da posição que tomam. Fazem lembrar a história do soldado que marcha ao contrário e acha que todo o pelotão é que está errado.-----

-----Eu gosto de pensar que sou humilde nas posições que tomo. Se há opiniões contrárias às minhas, eu ouço, leio e posso até mudar de juízo. Só que neste assunto da mini-hídrica, que de mini só tem o nome, não percebo, honestamente, como é que alguém pode pensar que esta estrutura não é terrivelmente danosa. Não são “pequenas questões clubísticas”, como o senhor deputado António João Lopes lamentavelmente lhes chamou; não se reduz a pequenos incómodos a construção de uma parede de 14 metros que afectaria o Rio Alva para sempre!-----

-----Não é uma questão de opinião! Além disso nem todas as opiniões no mundo são aceitáveis! Não aceitamos opiniões discriminatórias, racistas, violentas sobre os assuntos do mundo, pois não? Então neste ponto é o mesmo tipo de valor universal que defendemos todos. A natureza, o património natural, o ambiente.-----

-----O Rio Alva já existia antes de nós, os seus açudes, os peixes e os recantos. Vai continuar a existir depois da nossa passagem por estas cadeiras. Mas a forma como vai continuar a existir depende de todos nós.-----

-----Eu peço mais um esforço de todos aqueles que possam ter algum poder de influência, negociação, visibilidade, para que não tenhamos que lamentar mais tarde, um prejuízo que não poderemos remediar. As pessoas e mais do que isso, o poder da natureza, que já nos mostrou o seu lado mais destruidor, contam connosco.”-----

-----Pedi a palavra o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Arganil** para fazer “um pequeno apontamento sobre uma situação que urge resolver, e é simples: o acesso à Urgência, no Centro de Saúde, pelo lado do Parque de Estacionamento da Fonte de Amandos e do Parque Infantil. Já tenho andado a saltar as grades ou a ter que andar a recolher os espelhos retrovisores dos automóveis, para poder passar; uma cadeira de rodas, imagino como é que lá possa passar. A resolução é simples, é eliminar o lugar de um estacionamento e cortar parte daqueles grades, que já uma vez foram cortadas provisoriamente, até ficaram com as esquinas muito vivas, que podem tornar-se perigosas. É um serviço simples, que pode ser feito na segunda-feira, por exemplo.-----

-----Agradecia que o Senhor Presidente da Câmara tomasse nota, no Orçamento do próximo ano, para o alcatroamento das ruas do Pereiro, que estão terríveis e já não dá para andar a tapar buracos porque aquilo já é contínuo. Também a Valbona, como já falámos, mesmo com a ajuda do meu colega de Folques, se não poder ser este ano, que seja considerado no próximo ano, porque aquela rua já não tem alcatrão, e o ramal também precisa bastante. Já para não falar da Nogueira, que espero que ainda seja este ano.”-----



Assembleia Municipal

-----Pedi a palavra o senhor deputado **André Vicente** para referir que “antes de trazer a debate um tema que me parece muito importante, gostava de questionar o executivo sobre se o Governo, nomeadamente através do Ministério da Educação, tem trabalhado com as entidades locais sobre o Plano de retoma das actividades presenciais do próximo ano lectivo, isto porque acho inacreditável o espectáculo mediático que se gerou à volta de um conjunto de finais de futebol, com vários membros do Governo e até altas figuras do Estado, como o próprio Presidente da República, sendo que pouco ou nada se sabe sobre o impacto que a transição on-line está a ter na aprendizagem nos alunos, especialmente os mais desfavorecidos; não há dados, ou se os há, ninguém os partilha, e também pouco ou nada se discute sobre o plano de retoma da Educação. As prioridades parecem estar muito bem definidas, como se vê, e há vários exemplos a nível europeu que nos mostram, por exemplo a Dinamarca, que até estádios usou para serem espaços de salas de aula. Acho que isso merece a nossa reflexão atenta.-----

-----O tema que gostava de trazer a debate e julgo que nos sensibiliza a todos, tem a ver com o Ambiente; sei que tendemos a achar que os recursos do nosso planeta são infinitos, sendo que até muitas vezes os designamos por renováveis; a questão é que tendemos a fazê-lo porque o nosso horizonte temporal é a nossa esperança média de vida, que são cerca de 81 anos, talvez cem, para os mais ambiciosos, a questão é que tudo o que fazemos agora tem impacto nas futuras gerações, todas as decisões que tomamos, e pensar o futuro a 81 anos, parece-me muito pouco sensato. É importante ter esta consciência ambiental sustentável, desprovida de qualquer egoísmo geracional. A aposta na economia circular tem que ser um objectivo e sendo que a reciclagem é parte desse processo, é com orgulho que vejo o executivo camarário a ter prioridades bem definidas, ao contrário do Governo, na área ambiental. O investimento nesta área situa-se nos 12 milhões de euros, algo que é sem precedentes na nossa história, e que depois se distribui em três grandes Sistemas, como a gestão dos resíduos sólidos urbanos, o sistema de abastecimento de água para consumo e o saneamento das águas residuais. E não posso deixar de destacar o aumento de 73% da quantidade de resíduos enviados para reciclagem desde 2017 até 2019, que é um número muito positivo, e há certamente vários factores que contribuíram para este aumento, mas parece-me evidente que tanto o aumento de 40% nos ecopontos como o Projecto Argus Recycling, explicam a grande maioria destes números. Espero que o projecto selectivo da recolha porta a porta que está a dar os primeiros passos, ainda impulse mais estes números. Aqui chegados, o executivo tem feito o seu trabalho, cabe-nos a nós, arganilenses, continuar a exigir isso tanto dos organismos locais como nacionais, mas também não nos basta fazer isso, temos que ser papel activo e mudar os nossos hábitos, no nosso quotidiano, para que a sustentabilidade ambiental seja uma realidade, porque senhoras e senhores deputados, nós podemos não chegar aos cem anos, mas espero que demos o nosso melhor para que outros o consigam.”-----



Assembleia Municipal

-----Pedi a palavra o senhor deputado municipal **António João Lopes** para referir que “eu não tencionava intervir, mas já que o meu nome foi referido, quanto à Mini-hídrica, quero dizer que tenho trabalhado desde há 50 anos em engenharia nestas áreas; há milhares de mini-hídricas pelo Mundo, Portugal tem uma dívida fabulosa, podemos diminuir essa dívida, diminuindo a importação de petróleo ou de carvão, que pode ser substituída pela produção de energia eléctrica. Ora, o que temos que fazer, é aproveitar as nossas riquezas e não andar a perder tempo com frases ocas, que dizemos isto não presta ou isto presta, quando na realidade o país vai todos os dias necessitando de energia. Aqui mesmo onde estamos, façam o cálculo da energia que é necessário haver produção em mini-hídricas, ou grandes hídricas, ou eólicas, ou outro tipo de centrais; perder a hipótese de não produzir energia nos locais que os rios nos permitem, é uma burrice de todo o tamanho; os nossos descendentes ficarão cada vez mais pobres se nós não fizermos agora aquilo que é possível. Se, na realidade, a mini-hídrica tem problemas de ambiente, vamos tentar resolver o problema, em vez de dizer não; o dizer não, é negar a inteligência. Ora, eu pretendo é discutir tecnicamente, e intelectualmente, não é ouvir gente que não sabe sequer o que é uma mini-hídrica, não sabe sequer que isso produz energia eléctrica para quase todas as nossas actividades, nós agora já não vivemos sem ter permanentemente uso da energia eléctrica; os nossos antepassados de há dois séculos talvez o fizessem, no entanto, com o desenvolvimento que se verificou nestes últimos anos, o que temos é de saber que problemas é que teríamos de poluição eu não conheço de gases de efeito de estufa ou gases de antibióticos que possam produzir as mini-hídricas; não há barulhos, ocupam alguns terrenos, mas para isso, é produzida energia suficiente para pagar a quem agora tem os terrenos. Temos que ter cuidado, este assunto devia ter sido gerido de outra forma, era autorizar a mini-hídrica e pôr condições que não prejudiquem ninguém, de forma a termos meios para, no futuro, podermos viver de forma saudável. Reparem, actualmente os hospitais já não vivem sem energia eléctrica e onde é que nós temos a possibilidade de produzir a energia eléctrica? No vento, de vez em quando, quando há vento; na água, no rio; o Rio Alva, que eu conheço há oitenta anos, nunca o vi seco, nunca o vi a deixar de correr, por isso temos ali uma fonte de energia extremamente maravilhosa, no entanto o vento pode ser um meio, foi desde há 4, 5, 10 anos no máximo, que começou a ser usado, mas é uma forma de energia atípica, porque hoje mesmo, não há vento, não funcionam as eólicas, mas as hídricas, no Rio Alva, todas podem funcionar. Por isso, temos que ter cuidado, este assunto tem de ser debatido com inteligência, com imaginação, e não com aspectos clubísticos como a minha colega referiu há pouco. Realmente, nós temos tradição do futebol e então alinhamos, ou sou do verde, ou do vermelho, ou do amarelo, do azul, por aí adiante. Por isso eu convidava todos a discutir este problema, onde há realmente dificuldades. Eu faço parte de uma colectividade ambiental, sei que a mini-hídrica pode ter alguns inconvenientes ambientais, mas não estou a ver até agora, as pessoas que se opõem, a usarem essas áreas que temos realmente de trabalhar,



Assembleia Municipal

para que a mini-hídrica não cause alguns problemas, como por exemplo o fluxo de peixe ou a imagem visual que pode ser grave, mas que pode ser corrigida. Para concluir, protesto quanto ao tempo que me foi atribuído, isto é um assunto de engenharia que precisa de muita discussão, isto não é uma Assembleia para discutirmos nada de valor; com sete minutos não dá para nada.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado municipal **António Cardoso** para dizer que “em relação a esta última intervenção, há três pontos que eu gostaria de realçar; em primeiro lugar, dizer que, como temos uma dívida grande, a exploração desta mini-hídrica, pelos valores que nos foram comunicados, vai aumentar significativamente a receita para depois pagar os empréstimos que temos. Falando em dívida, porque é que o PCP, tanto se tem oposto à exploração do petróleo no Algarve, mas porque não tentar, ver se existe ou não existe efectivamente petróleo, para essa situação ser dirimida.”-----

-----A outra questão que coloco, é que respeitamos a posição das outras pessoas, tal como devem respeitar as nossas, mas não admito que diga aqui que é uma burrice pensar diferente; não é burrice nenhuma, temos inteligência, como também falou na inteligência, que é negar inteligência, nós não negamos a inteligência, pelo contrário, desde 2012 que andamos a discutir isto, não é nesta Assembleia, é desde 2012 que se tem ponderado toda a situação. Portanto, é extemporâneo e não é correcto, dizer que não temos ponderado, não temos visto, qual é a melhor maneira, o que é que deve ser feito no Rio Alva.”-----

-----Também, ao defendermos estas posições desde 2012, não é defesa clubística, é a defesa do Ambiente, é a defesa do interesse das populações, das freguesias, de todo o Rio Alva; esse é o nosso objectivo, preservar o Ambiente. Ainda acrescento: evite chamar-nos burros, por pensarmos diferente do senhor.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para dizer que “o senhor deputado António João Lopes está a pedir novamente a palavra, mas para poder exceder o tempo que lhe estava destinado, teria que ter sido ofendido na sua honra; o Partido Socialista cede tempo ao senhor deputado António João Lopes? Tem a palavra, senhor deputado, pois o PS cede-lhe tempo.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **António João Lopes** referindo que “quero dizer que o Partido Comunista Português tem defendido o aproveitamento de petróleo no Algarve.”-----

-----Quero ainda dizer que, se chamei burro a alguém, peço desculpa; burro sou eu, não vejo aqui qualquer ofensa, mas desculpem a todos, especialmente ao Cardoso, que detectou esse aspecto; peço desculpa a ti e a todos, se vêem alguma ofensa nas palavras que eu disse, porque do raciocínio não, pois eu não queria ofender ninguém, queria é que os assuntos sejam tratados com honestidade e profundidade. Não podemos dizer frases globais e não propor soluções para elas. Se a Mini-hídrica



Assembleia Municipal

conduz a problemas, vamos lá ver que problemas são; um deles pode ser a subida dos peixes do rio e isso foi introduzido, ou pelo menos eu fiz uma proposta para que isso fosse introduzido. Todos os outros assuntos podem ser perfeitamente discutidos e debatidos, mas não vamos usar frases globais, que abrangem grandes conceitos, sem dizermos ponto a ponto onde é que é preciso uma solução. Compreendido sem chamar burro a ninguém, o burro sou eu, não tenham problemas.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para referir que “em primeiro lugar, quero associar-me ao voto de pesar que o senhor deputado Luis Gomes aqui manifestou, em relação ao senhor Abílio Francisco, pessoa a que nos habituámos a ver na história de Pomares como sendo quase omnipresente, alguém que estava lá sempre, da mesma maneira, com a mesma afabilidade, com a mesma cortesia e simpatia. É uma falta insubstituível para o nosso concelho e, particularmente, para a freguesia de Pomares.-----

-----Começando pela intervenção do senhor deputado Miguel Pinheiro, quero aqui referir e sublinhar que o volume de investimento em municípios como Arganil, está muito dependente, eu diria mesmo que está decisivamente dependente da capacidade que cada autarquia tem, para captar investimento público, ou através de outras entidades, como é o caso das entidades de capital público, leia-se Águas do Centro Litoral, ou através das candidaturas que são submetidas aos vários instrumentos de apoio. Sem essa alavancagem, o investimento de municípios como Arganil, seriam manifestamente pequenos, para não dizer que seriam ridículos, mas seriam investimentos muito insignificantes, face àquilo que é possível concretizar, com esta alavancagem, que acontece por via quer das candidaturas dos investimentos co-financiados, quer por via das outras entidades públicas. Devo dizer que, pessoalmente, fico muito contente com o investimento público que é concretizado pelas outras entidades; devo dizer que é aquele que mais gozo me dá, é mesmo poder chegar o momento e ver que uma entidade como a Águas do Centro Litoral, finalmente e ao fim de tanta batalha, de tanta reivindicação, de tanto trabalho, de tanta reunião, de tanta chatice, ao fim desse processo que é extremamente desgastante, finalmente os investimentos acontecem; têm é um pequeno grande problema, é que conseguir a concretização destes investimentos nomeadamente destes quase sete milhões de euros, por via da Águas do Centro Litoral, pode ter a certeza que dá muito mais trabalho, deu muito mais trabalho, do que qualquer outro investimento que seja concretizado por fundos municipais. Quero dizer-lhe que fico muito contente com o investimento público que conseguimos trazer para o concelho, independentemente de quem o concretiza, mas volto a sublinhar: quando ele é assumido integralmente por entidades externas, ainda me dá mais satisfação porque, por um lado, são investimentos absolutamente estratégicos e determinantes para o território, e por outro lado acontecem sem penalizar o orçamento municipal. Devo dizer também e o senhor deputado falou do Fundo de Solidariedade da União Europeia, e devo dizer que no “lote” nos 24 municípios, candidatos, ou que se



Assembleia Municipal

candidataram ao Fundo de Solidariedade da União Europeia da região Centro, o município de Arganil foi aquele que teve o segundo melhor desempenho, e não se pode dizer que tenhamos sido nem menos, nem mais penalizados pelos incêndios do que outros municípios que conhecemos bem. Permita que lhe diga e aqui tenho que reconhecer, ou têm que reconhecer que boa parte destes resultados têm a ver por um lado com o trabalho que o executivo municipal desenvolveu e que as equipas do município também ajudaram a concretizar. Devo dizer que em relação ao trabalho que fizemos no âmbito do Fundo de Solidariedade da União Europeia, é um trabalho do qual muito nos orgulhamos, porque foi um processo felizmente bem sucedido, pese embora todas as dificuldades que tivemos com que nos confrontar nós, Arganil, e todos os restantes municípios.-----

-----Relativamente às intervenções que estão a decorrer na vila, a intervenção que tem lugar na artéria com os topónimos Rua Comendador da Cruz Pereira, Rua Condessa das Canas e penso que ainda tem mais outro topónimo ali algures, relativamente a essa artéria, ela está inserida na empreitada que engloba as intervenções no Bairro do Abrunhós e o acesso ao Casal Novo; quer a intervenção no Bairro do Abrunhós como o acesso ao Casal Novo estão concluídas; está a decorrer a intervenção nesta artéria, no âmbito desta empreitada e para a conclusão desta empreitada faltam ainda também cinco ou seis metros nas estradas da União das Freguesias de Cepos e Teixeira, que estão incluídos na empreitada. Trata-se de uma intervenção que tem estado a decorrer com bastante normalidade, houve a necessidade, esta semana, de conformar uma questão de cotas de pavimento, nomeadamente por causa de umas janelas de ventilação do antigo hospital, mas são coisas menores; a empreitada vai ser concretizada muito rapidamente. Relativamente às outras artérias de que falou, a indicação que temos é que até ao final de Julho, as intervenções, as frentes de obra, que estão agora a decorrer, nomeadamente no Largo Ribeiro de Campos, Rua Jornal de Arganil e na Rua que liga ao pelourinho, essas intervenções deverão estar concluídas até ao final de Julho, ou pelo menos estão com prazo de conclusão de 60 dias, pela informação recente que temos de quinta-feira, será possível cumprir o prazo. A outra intervenção que está incluída nesta empreitada, nomeadamente da Rua António Galvão, terá lugar e terá início com a conclusão da intervenção nestas três artérias.-----

-----Relativamente à questão do espaço público, nomeadamente naquilo que tem a ver com a Praça Simões Dias, aquilo que fizemos, como recordou e bem, foi considerar no projecto que contratámos uma eventual remodelação dos aspectos que não tinham resultado tão bem naquela intervenção. Sempre fui claro em relação a esta matéria, nós só perspectivávamos essa intervenção na eventualidade de se conseguir alguma forma de financiamento que, honestamente, não estávamos a ver muito bem como, até porque a intervenção que está feita já foi financiada com fundos comunitários; estando o projecto elaborado, aquilo que está já concretizado, não é para nós neste momento uma prioridade, carece de algumas correções pontuais, algumas como o senhor deputado tem chamado à atenção e que foi



Assembleia Municipal

entretanto resolvida, da questão do ecoponto que está neste momento a funcionar, de alguns arranjos que tinham ficado abandonados no âmbito da anterior empreitada, como o caso das caldeiras das árvores, essas situações estão neste momento praticamente todas resolvidas. Relativamente a uma intervenção mais profunda, ela não terá lugar nos tempos mais próximos. Relativamente ainda ao espaço público, nomeadamente da outra artéria com três topónimos, Av. das Forças Armadas, Av. dos Bombeiros Voluntários Argus e Av. José Augusto de Carvalho, como recordou e bem, aquela artéria é acompanhada no sub-solo por uma Galeria Hidráulica, que foi construída pela então Direcção Geral da Hidráulica, no final da década de 50, do século passado, aquilo que concluímos foi que houve uma sucessão de organismos, por um lado, a Direcção Geral da Hidráulica era um organismo cujas competências e atribuições e responsabilidades foram fundidas naquilo que tem a ver com o universo da Agência Portuguesa do Ambiente e se por um lado relativamente àquilo que era a EN 342, relativamente à via rodoviária, efectivamente, do ponto de vista histórico, houve um momento em que ela foi desclassificada e foi entregue ao município, relativamente à Galeria, isso não aconteceu. Aquilo que temos vindo a defender, na articulação que temos vindo a fazer com a Agência Portuguesa do Ambiente, é que se trata de uma responsabilidade da Agência Portuguesa do Ambiente, mas devo dizer também que o senhor Vice-Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente me deu a expectativa de ser aberto entretanto um Aviso de concurso específico para esta intervenção, no sentido de possibilitar a reabilitação da Galeria da Ribeira de Amandos. Em relação a este assunto está neste momento do lado da Agência Portuguesa do Ambiente a abertura de um anúncio de um Aviso de concurso para esta intervenção.-----

-----Quanto ao projecto da Floresta da Serra do Açor, senhor deputado, já esperou um ano, portanto quem aguenta um ano também aguenta mais uma semana, pois no dia 29 de Junho teremos novidades acerca deste processo, será o dia em que será conhecido o mecenas que o vai financiar e será também o dia em que apresentaremos de uma forma global aquilo que está considerado neste projecto, é um projecto de grande intervenção na área florestal, que pretende descontinuar o modelo que já percebemos que está falido, que é insustentável do ponto de vista ambiental, do ponto de vista económico também, e que considera, neste projecto que conta com um bocadinho mais de dois mil e quinhentos hectares de área de intervenção, conta com todos os baldios de todas as Comissões de Compartes que aderiram, que se manifestaram disponíveis para aderir ao projecto, para quem não tem essa informação, as Comissões de Compartes são responsáveis por um pouco mais de cinco mil e quinhentos hectares de terrenos baldios no nosso concelho, todos eles foram convidados para aderir ao projecto, alguns pelas mais diversas razões entenderam não o fazer, ficaram então Compartes representativos destes quase dois mil e quinhentos hectares; e digo quase dois mil e quinhentos hectares porque neste projecto estamos a contar de incluir também, digo estamos a contar porque quer a freguesia de Arganil, quer a Câmara Municipal, ainda terão de tomar



Assembleia Municipal

deliberações relativamente a essa matéria, mas estamos a contar, porque nos parece que faz todo o sentido, integrar nesta gestão deste processo, com este chapéu global, faz sentido integrar aquilo que é a componente florestal da Quinta do Mosteiro; há duas propriedades privadas que contamos também considerar na abrangência deste projecto, é um projecto que conta também com um forte envolvimento da Escola Superior Agrária de Coimbra, que implica um investimento que está planificado no tempo para acontecer num período muito dilatado, não se trata de chegar lá, plantar a árvore e “fugir”, trata-se de um projecto que é planificado no tempo, que tem contas para um período de 40 anos, o investimento está essencialmente concentrado nos primeiros cinco anos, ultrapassa os cinco milhões de euros e será integralmente financiado no âmbito de mecenato, por via desse grupo empresarial, que ficarão a conhecer a partir do dia 29.-----

-----Relativamente às demais questões que colocou, quero também manifestar o meu regozijo e apreço por todos aqueles que souberam aproveitar a oportunidade do Fundo Recomeçar, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, as instituições do nosso concelho foram muito dinâmicas, conseguiram os melhores resultados a nível nacional do ponto de vista de candidaturas, do ponto de vista do mérito dos projectos, e estes dois projectos que foram candidatados pelas freguesias de Folques e da União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, felizmente permitiram concretizar estes dois pontos de água que vêm reforçar os meios de combate a incêndios no nosso território.-----

-----Quanto à Relvinha, temos tido algumas, pese embora ainda não existam lotes para vender, o senhor deputado estava a fazer o paralelismo dos apartamentos, mas nos apartamentos pelo menos tem que existir um loteamento aprovado; no nosso caso, objectivamente, só pode haver Lotes depois de termos a posse de todos os terrenos, é esse o processo que ainda está a decorrer, e fazia aqui a ponte também para aquilo que questionou o senhor deputado Christophe Coimbra, por via da questão da pandemia, o Governo decretou a suspensão de um conjunto de prazos administrativos, incluindo aqueles que no nosso caso tinham a ver com os procedimentos das vistorias, acto perpetuum para efeitos da posse dos terrenos; esses prazos ficaram suspensos, entretanto a legislação já fixou algum regresso à normalidade e a partir do dia 3 ou 4 de Julho o processo será retomado, no sentido de podermos concretizar rapidamente a posse de algumas parcelas que fazem parte das 318, que ainda não estão na posse do município. Temos recebido alguns contactos de alguns potenciais interessados naqueles lotes e olhamos para este investimento, que é estratégico para o território com optimismo.-----

-----Relativamente ao Teatro Alves Coelho, o projecto foi entregue agora, no início desta semana, considera uma estimativa de intervenção próxima dos 2.900.000,00€; conforme tenho vindo a dizer, haverá agora a necessidade de tentarmos enquadrar este processo naquilo que acontecerá entretanto ao nível dos fundos comunitários.---

-----Relativamente ao projecto da piscina de S. Martinho da Cortiça, fomos um bocadinho prejudicados pela mesma suspensão de prazos, sabemos que a



Assembleia Municipal

generalidade das entidades, inclusivamente das entidades empresariais, mas neste caso dos organismos públicos, estiveram neste período a funcionar a “meio gás” e isso atrasou a emissão dos pareceres por parte do IPDJ; ele foi entretanto emitido, temos neste momento o procedimento de contratação a ser ultimado e contamos de submetê-lo ao mercado no início da próxima semana; se tudo correr bem, senhor deputado, no próximo Verão pode vestir os calções, não sei se será em Junho, mas espero que no Verão do próximo ano seja possível já utilizar aquele equipamento, se o processo decorrer com a normalidade desejável, com o prazo de construção previsto é de 270 dias, ainda há tempo para concluir esta infra-estrutura antes do Verão do próximo ano.-----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado Christophe Coimbra, acerca da Relvinha já dei algumas informações, é claro que esta situação destes 3 meses de suspensão de prazos está a ter um impacto, naquilo que tem a ver com a posse dos terrenos, pois sem termos a posse dos terrenos concretizada todo o resto de processo fica prejudicado, ainda assim, pela questão legal, pensamos que durante o mês de Julho conseguiremos concretizar a posse das parcelas que ainda não tínhamos do lado do município e isso permitirá então avançar para a parte da empreitada.-----

-----Relativamente às restantes questões que o senhor deputado colocou, acerca das intervenções que estão a decorrer, a Zona Industrial da Relvinha, naquilo que tem a ver com a Qualificação da Relvinha Este está a decorrer com alguma normalidade, e digo alguma normalidade porque provavelmente a intervenção só ficará concluída em Setembro. A intervenção no largo do Piódão, no Posto de Turismo do Piódão, está a decorrer também. Temos um conjunto de intervenções de que já falei, que têm vindo a ser concretizadas no território, desde a Sanguinheda, Sarzedo, freguesia de Pombeiro da Beira, freguesia de Celavisa, intervenções ao nível da reabilitação da rede viária. Outra empreitada com várias frentes de obra, temos um conjunto de intervenções no acesso à Benfeita, que está a causar alguns constrangimentos e alguns contratemplos às pessoas que circulam naquele eixo, mas a construção de novos muros de suporte, em número e exigência significativos obrigaram ao corte da via, o que está a causar alguns constrangimentos, mas é uma intervenção que não podemos evitar. O acesso à Zona Industrial de Côja está praticamente concluído, e digo praticamente concluído porque falta apenas a pavimentação das valetas, de resto está neste momento em pleno funcionamento. No Bairro de Côja está a intervenção a decorrer e deverá ficar concluída nos próximos dias. Sobre o edifício dos Paços do Concelho, está a intervenção a decorrer dentro da normalidade, a expectativa é que até Dezembro a intervenção esteja concluída e depois estão um conjunto de outras intervenções a decorrer, nomeadamente o acesso ao Carapinhal, em S. Martinho da Cortiça, que está concluído; a artéria que dá acesso à Teixugueira a partir da Cortiça e a partir de S. Martinho da Cortiça também está concluída, e teremos nesta empreitada também a



Assembleia Municipal

considerar algumas intervenções em Arganil, que serão desenvolvidas na sequência destas que estão agora a decorrer.-----

-----Nas restantes questões que colocou, é óbvio que basta olhar para aquilo que tem sido a nota de preocupação, não só no nosso país, é em todo o mundo, esta pandemia vai ter um impacto brutal na actividade económica, penso que o pior ainda está para vir, infelizmente, mas isso como é óbvio, é sentido no tecido empresarial do nosso concelho; algumas empresas reinventaram-se, outras estão com alguma dinâmica, outras estão com alguma dificuldade, não temos ainda o retrato fechado, mas estamos com algumas iniciativas, nomeadamente a nível do comércio local, destino do consumo, e naquilo que tem a ver com os novos canais de comercialização; aquilo que foi percebido, durante este período de pandemia, foi que os canais digitais de comércio vieram para ficar e é necessário que os nossos comerciantes também saibam aproveitar esta nova situação, estamos com alguma formação planificada, dirigida aos nossos empresários, para que se possam adaptar mais facilmente a esta nova realidade.-----

-----Relativamente à questão colocada pelo senhor deputado Miguel Teixeira, é como disse, vou recolher informação e reencaminhá-la-ei formalmente.-----

-----Relativamente à intervenção da senhora deputada Maria José Silva e do senhor deputado António João Lopes, acerca do Vale das Botas, queria dizer-lhes que, pese embora a nota do senhor deputado acerca do vento, as nossas eólicas são como os arganilenses, são eólicas trabalhadoras; o senhor se olhar para a Serra do Açor, vai ver que elas continuam a andar de roda, apesar disto aqui em baixo estar mais ou menos calmo; aquilo que quero dizer com isto é que a energia eólica, pese embora o maior ou menor vento, do ponto de vista da produção, como já demonstrei na última Assembleia Municipal, tem um nível de previsibilidade muito superior àquilo que é a energia produzida através do regime hídrico; aliás, o senhor deputado sabe que basta haver um ano de seca e se isso acontecer não há água para produzir electricidade, e isso aconteceu, na última vez, em 2017. Por outro lado, queria sublinhar que o seu Partido, em Penacova, numa Mini-hídrica, que estava no mesmo pacote que estava a mini-hídrica do Vale das Botas, e que, felizmente, esse processo caiu entretanto por terra, o seu partido regozijou-se com o abandono desse processo. Quer-me parecer que a sua tomada de posição é mais individual do que propriamente partidária, mas vale a pena ver que o PCP, em Penacova, tomou uma posição que estava em linha com o abandono do projecto.-----

-----Quanto às demais intervenções, quero associar-me a tudo aquilo que foi dito pelo senhor deputado André Vicente. Queria apenas sublinhar uma preocupação que aqui manifestou e acho que é uma preocupação acerca da qual tem bom conhecimento e que suscita-nos a nós também apreensão; este período lectivo, mais ou menos com ensino digital, vai ter um impacto muito significativo ao nível da comunidade escolar, não tenho ilusões em relação a isto; quem pensar que a educação dos nossos alunos aconteceu da mesma maneira, está enganado. Sabemos que a questão social tem aqui um peso significativo e num cenário destes,



Assembleia Municipal

numa conjuntura destas, a questão social tem um peso, na minha opinião, superior àquilo que já teria em condições normais. Sabemos que vai resultar daqui uma factura, também confesso que não temos nenhuma informação, talvez porque ainda é prematuro, não sei, acerca daquilo que vai acontecer no próximo ano lectivo, aquilo que me parece de uma forma muito clara, é que, ou com desdobramento de turmas, com desdobramento de horários, ou o que quer que seja, mas o ensino presencial tem que ser retomado rapidamente, sob pena de estarmos a colocar um fardo muito grande para esta população escolar, nomeadamente para aqueles que têm alguma questão social mais crítica. Quero associar-me a essa sua preocupação, que é também nossa preocupação.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para “felicitar o nosso segundo secretário da Assembleia Municipal, porque hoje é o dia do seu aniversário e não queria deixar de o fazer; parabéns e muitos anos de vida.”-----

-----Teve novamente a palavra o senhor deputado **António João Lopes** para referir que “parece-me que temos que ter cuidado porque o Partido Comunista Português são muitas pessoas, muitas ou poucas, não vamos agora discutir isso, e se em Penacova tiveram essa posição foi porque encontraram razões para isso e ainda bem, concordo com eles; se aqui eu não encontro razões para dizer que não, eu digo-o; além do mais, o senhor deputado António Cardoso falou no petróleo do Algarve, o petróleo do Algarve até agora tem sido defendido pelo Partido Comunista Português, quem se tem oposto são as forças turísticas do Algarve, porque vêem nisso uma forma de poluição. O que temos que fazer é com que se explore o petróleo sem fazer a poluição; aqui o que temos que fazer, é fazer a mini-hídrica e evitar os problemas que ela possa causar. Das pessoas que tenho visto que assinam o tal abaixo-assinado, de duas mil assinaturas, o que me dizem é que é feio, mas é feio o quê? Um lago? Como o senhor Presidente noutro dia, num dos textos, foi capaz de referir os perigos dos incêndios aqui na zona, então, se tivermos um lago, temos vantagem, podemos apagar os fogos. Parece que um lago conduz a fogos; esta atitude é extremamente egoísta; já viram, nós usamos aqui energia eléctrica que é produzida em Castelo de Bode ou na Aguieira e dizemos não, nós aqui não queremos produzir energia eléctrica, vocês lá, que produzam para nós. É evidente quando foi feita a barragem A, B ou C, houve sempre inconvenientes, mas a nossa vida actual, 2020/2021, só vive suportada na electricidade; então nós temos uma queda de água que permite meia dúzia de watts, já agora, quando falamos nestas unidades queria referir que este assunto não é para sete minutos, parece que já usei catorze minutos, mas se calhar precisava de catorze horas! E se calhar ainda não chegavam. Para terminar, digo que estudem, se faz favor, todos esses problemas, eu demorei 17 anos para tirar o curso, vocês vejam se são capazes de compreender, porque há livros para isso, então estudem-nos.”-----



Assembleia Municipal

-----Teve novamente a palavra o senhor deputado **Miguel Pinheiro** “para chamar à atenção, no seguimento da intervenção do deputado André Vicente, e até encadear com o que o Senhor Presidente referiu; realmente é de nos congratularmos quando há um investimento directo no território do município de Arganil e que não caia no Orçamento da Câmara Municipal; isso é realmente de assinalar, de defender e de nos congratularmos todos, mas também é de sã justiça referir que são necessidades muitas delas que já existem há muito tempo e que a nós, no nosso caso, que estamos vinculados ao Partido Socialista, nos dá uma satisfação maior que seja um Governo do Partido Socialista a assumir também a necessidade de fazer esse investimento e de apoiar directamente as populações no caso do município de Arganil, e no caso das questões, agora ligando à intervenção do deputado André Vicente, ligadas ao Ambiente e sobretudo aos caminhos da água. E é contra esta confusão de vir aqui dizer que são 12 milhões do Orçamento do município que são investidos, porque não são, e esse tipo de desinformação pode ser pernicioso quando é passada aos munícipes. É um conjunto de entidades que assumem a importância de intervir e que, na proporção exacta da sua vontade e das suas capacidades, fazem; e dizer que o Partido Socialista não toma o Ambiente como uma prioridade, é estar no mínimo desatento, porque nós temos questões como o Roteiro Nacional para a Neutralidade Carbónica, criado por um Governo do Partido Socialista, temos as questões do encerramento das centrais termoeléctricas a carvão, pelo Partido Socialista, temos a aposta nas energias renováveis como uma marca indelével do Partido Socialista, o Plano Nacional de Ação para a Economia Circular, de que o senhor deputado falou, foi lançado por um Governo do Partido Socialista em 2017. Isto de forma geral, entre outras, e secundado e apoiado e reforçado pelo investimento de que falei na parte do Ambiente, que é personalizado pela Águas do Centro Litoral e também pelo grande trabalho de recuperação e requalificação das linhas de água, levado a cabo directamente pela Agência Portuguesa do Ambiente. Ainda agora ouvimos o Senhor Presidente dizer que eventualmente a intervenção na Galeria será assumida pela Agência Portuguesa do Ambiente e que eventualmente o concurso irá avançar, esperemos que sim, e realmente, se está do lado da Agência Portuguesa do Ambiente, temos que fazer forças para que aconteça.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para dizer que “referiu o senhor deputado António João Lopes que, em matéria de energia, nós somos egoístas, mas nós não somos no concelho egoístas, antes pelo contrário, nós somos solidários com o país; pode ter a certeza que aquilo que produzimos, de electricidade, no nosso concelho, ultrapassa, mas em muitas vezes, aquilo que é o consumo que acontece no nosso concelho. Quer por via do regime eólico, quer por via de um pequeno transvase que acontece para a Barragem de St.^a Luzia, e principalmente por via do grande transvase que acontece para o sistema Raiva – Aguieira – Fronhas, nós somos solidários com o resto do país, naquilo que tem a ver



Assembleia Municipal

com a produção de energia limpa. Não sei se o senhor deputado terá essa percepção ou não, mas para termos aqui o passivo ambiental que é gerado pela Barragem das Fronhas, por acontecer essa situação, que decorre do regime de exploração que foi definido para aquela albufeira, com isso contribuímos em 25% da produção que é concretizada pelo grande sistema Aguieira – Raiva – Fronhas; pode ter a certeza que é muita electricidade.-----

-----Relativamente àquilo que o senhor deputado Miguel Pinheiro referiu, percebo que este número dos 12 milhões de euros de investimento, na área do Ambiente, no concelho, cause alguma admiração; e como causa admiração, porque efectivamente é o maior volume de investimento nesta área, que alguma vez aconteceu no nosso território, origina depois diversas interpretações. Eu devo dizer-lhe que e volto a sublinhar aquilo que disse há pouco, o investimento público que aconteceu por via da Águas do Centro Litoral, deu-nos muito mais trabalho que o investimento que estamos a concretizar, por via do Orçamento municipal, na mesma área; mas pode ter a certeza e volto a repeti-lo, é aquele que mais satisfação de dá. Mas não deixa de ser curioso que o senhor deputado, e eu quero sublinhar isto, não há nenhuma informação, nenhuma nota que saia, em que se fale de qualquer investimento, de qualquer intervenção que não seja do âmbito do município que não seja identificada quem é a entidade responsável pela execução do mesmo, e isso acontece em relação à Águas do Centro Litoral, com toda a lisura, como não podia deixar de ser. Mas isto é investimento público da Águas do Centro Litoral e devo dizer que, da mesma maneira que o senhor deputado apelou ao decoro, ou qualquer coisa assim, também solicito que o faça relativamente aos elogios que faz ao Governo, porque se aplica exactamente da mesma maneira; o Governo, em relação aos investimentos da Águas do Centro Litoral, não representa rigorosamente nada, não tem uma intervenção, não teve nenhuma decisão nestes investimentos, mas vou dizer-lhe onde é que os Governos do Partido Socialista tiveram um papel decisivo; se o senhor me for conhecendo, vai percebendo que eu não tenho qualquer tipo de fanatismo partidário, muito menos governativo, e portanto, aquilo que quero, por um lado, é reconhecer o papel que o ex secretário de estado, Carlos Martins teve, nomeadamente na abertura de um conjunto de candidaturas no âmbito do POSEUR, para intervenção nos Sistemas de Abastecimento de Água e Saneamento, e faço isso com toda a lisura, com toda a transparência, agradecendo inclusivamente o papel que o ex secretário de Estado Carlos Martins teve nesta matéria, mas ao mesmo tempo também devo dizer-lhe que um ex secretário de estado, também de um Governo Socialista, há uns anos atrás, determinou que os municípios fossem impedidos de aceder a fundos comunitários, para intervenção na área do abastecimento de água e do saneamento, a não ser que fossem sistemas multimunicipais, e o que nos aconteceu foi que colocámos, dos nossos 68 sub-sistemas de abastecimento de água, cinco sub-sistemas no Sistema Intermunicipal e ficámos com 63 e esses 63, apesar de não estarem no sistema intermunicipal, porque não interessavam, ao mesmo tempo, ficaram impedidos de aceder aos



Assembleia Municipal

fundos comunitários. Isso também aconteceu com um governo socialista. Não tenho qualquer tipo de problema, enquanto Presidente de Câmara, em reconhecer aquilo que de positivo é feito pelos Governos, independentemente de serem do PS ou do PSD, ou de quem quer que seja, mas também tenho que lembrar que, relativamente a 63 sub-sistemas, ficámos impedidos de aceder a fundos comunitários, por via de decisões também de um Governo socialista.”-----

ORDEM DO DIA

1 - Apreciação e votação da proposta de emissão de **Certidão de Declaração de Interesse para a Economia do Concelho**, relativamente a um armazém, localizado em Vale de Matouco, freguesia de S. Martinho da Cortiça, em nome de Expoflor CORP..-----

-----Presente o parecer datado de 05/03/2020, do técnico superior Pedro Simões, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----O requerente, a empresa Expoflor, Corp., veio por requerimento com registo de entrada no serviço do Balcão Único deste Município, com o nº101, datado de 20 de Fevereiro de 2020, dar entrada de elementos a visar pedido licenciamento para legalização de construção de armazém, localizada em Vale de Matouco, Freguesia de S. Martinho da Cortiça.

-----O prédio em causa encontra-se inscrito na respetiva matriz sob o nº2354-P, e descrita na Conservatória do Registo Predial de Arganil sob o nº5136/20200103, a favor da empresa Gestiflora, pela inscrição AP.2287 de 2018/03/01, com área de 39620m². Apresenta contrato de comodato, mas este não refere o presente prédio, pelo que deverá apresentar o contrato de comodato entre os interessado e no qual conste o presente prédio.

-----Antecedentes.-----

-----O presente signatário procedeu a apreciação da presente pretensão, no dia 8 de Outubro, tendo concluído:

- a) O requerente entrega 6 registos da Conservatória do Registo Predial de Arganil, iniciais e junta agora documento de doação de $\frac{3}{4}$ de parcela com o registo predial n.º4480/20120611, para a empresa Gestiflora, Lda. Verificando-se assim que não é proprietário da totalidade do prédio. De acordo com a fl.36, *“sobre a qual recai toda a operação urbanística, onde o requerente compromete-se após a aprovação de todo o processo, o emparcelamento dos referidos prédios”*. Estes encontram-se em nome da Gestiflora, Lda., apresentando contrato de comodato que autoriza o



Assembleia Municipal

requerente a executar a edificação (n.1 da Cláusula Quarta), no entanto este apenas se refere aos registos identificados inicialmente, não abrangendo este último artigo matricial. Face ao exposto, reforçamos a necessidade de promover o emparcelamento dos referidos prédios;

O requerente procedeu ao emparcelamento.

- b) Deve apresentar planta de implantação com a representação dos lugares de estacionamento no sentido de proceder à verificação do determinado pelo art.º82 do PDMA;

Entregou planta com identificação dos lugares de estacionamento.

- c) No que respeita ao Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), verifica-se que para o local da intervenção **não** existe uma faixa de gestão de combustível, conforme estipulado pelo art.22º do PDMA, pelo que terá de salvaguardar o afastamento de 50m aos extremos do prédio;

A proposta aparentemente cumpre com o presente quesito, no entanto este será alvo de apreciação pela CMDF.

-----No parecer supradito, o presente signatário, salientando que a viabilidade da presente pretensão encontra-se condicionada ao cumprimento cumulativo das seguintes condições:

- a) O emparcelamento dos prédios apresentados, cumprindo com o estipulado no art.16º do DL 124/2006 de 28/06, na atual redação;
b) Reconhecimento em Assembleia Municipal, por proposta da Câmara, do seu interesse para a economia do concelho da presente pretensão;
c) Parecer favorável da Comissão Municipal da Defesa da Floresta;
d) Levantamento às condicionantes estabelecidas pelo DL 55/2007 de 12/03, na atual redação.

-----Apreciação.-----

-----Após análise dos elementos entregues, verifica-se o seguinte:

-----A pretensão visa a legalização de construção de armazém, constituído por dois piso. Visa ainda a construção de muro de vedação confinante com arruamento, pelo apresenta estimativa orçamental e calendarização.

-----De acordo com o projeto verifica-se a presença de posto de abastecimento, mas este de acordo com os elementos entregues será removido.

-----Dado o uso em causa este encontra-se dispensado do plano de acessibilidades, nos termos do art.2º do DL 163/2006 de 08/08.

-----Relativamente aos afastamentos às extremas, a pretensão cumpre com o disposto no art.60º e 73º do RGEU.

-----O projeto de arquitetura está instruído com termo de responsabilidade do autor pelo que nos termos do disposto no nº8 do art.20º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/14, de 9 de Setembro, está dispensada a verificação das condições do interior da edificação.

-----Apresenta projeto de arranjos exteriores acompanhado por termo de responsabilidade.



Assembleia Municipal

- Conformidade com RUMA.-----
- A proposta cumpre com o disposto no art.10º (Afastamento às extremas) e art.15º (Cérceas, ocupação e profundidade das construções) do RUMA.
- Muro.-----
- Verifica-se dos elementos entregues que o muro de vedação e acesso automóvel cumpre com o disposto no n.º1 do art.º18 e com o n.º7 do art.14º do RUMA.
- De acordo com o n.º6 do RUMA, o requerente deverá assegurar as adequadas condições de acessibilidade de veículos e peões, prevendo-se quando necessário, a beneficiação de arruamento existente, nomeadamente a criação de passeios e baias de estacionamento.
- Deverá o requerente ser alertado para o seguinte:
- Os passeios deverão ser em pavê retificado do tipo “Holanda” vermelho;
 - Os lancis deverão ser em betão;
 - Deverá proceder à pavimentação do arruamento (em betuminoso), até ao entroncamento com a via municipal existente a este.
- O passeio deve ter a largura de 1,6m livre, conforme o previsto no n.º8 do art.81º do PDM.
- Apreciação de projeto de acordo com o nº1 do art.20º do RJUE, na atual redação:
- PDM (Primeira revisão PDM de Arganil Aviso n.º10298/2015 publicada no Diário da República, 2.ª série — N.º 176 — 09/09, e seguintes correções materiais Aviso n.º4888/2016, n.º72 de 13/04 e Aviso n.º1486/2018, n.º22 de 31/01, ambos com publicação na 2ª serie do Diário da República)*
- Em termos de carta de ordenamento, o prédio objeto da presente pretensão encontra-se inserido na classe de solo rural, na categoria funcional Espaço Agrícola de Produção e Espaço Florestal de Produção, no entanto a presente proposta insere-se em Espaço Agrícola de Produção. Face ao exposto, será considerado como apreciação o determinado pela secção IV – espaço florestal.
- Assim, de acordo com a alínea e) do art.29º do PDMA, não se vê inconveniente quanto ao uso proposto – armazém de apoio à atividade agroflorestal.
- Em termos de regime de edificabilidade, de acordo com o n.º4 do art.30º do Regulamento do PDM, isto é, são ainda admissíveis a instalação de unidades industriais isoladas não enquadráveis nos Espaços Urbanos e Industriais, desde que demonstrado, caso a caso, o seu interesse para a economia do concelho e reconhecido pela Assembleia Municipal, cumprindo, cumulativamente, as seguintes condições:
- a) Área da parcela não inferior a 15.000 m²;
 - b) Área total de implantação inferior ou igual a 35 % da área total da parcela;
 - c) Altura da fachada não superior a 7 metros, exceto em situações devidamente justificadas por necessidades produtivas ou tecnológicas;
- Área do Prédio – 39.620,0m² > 15.000m²



Assembleia Municipal

- Área do prédio em Espaço Florestal de Produção: 32.330,0m²
- Área do prédio em Espaço Agrícola de Produção: 7.290,0m²
- Áreas Propostas:
- Área de Implantação: 494,00m²;
- Área de Construção: Piso 0 + Piso 1= 494,0 + 40,0 = 534,0m²;
- N.º de pisos: 2;
- Incluir altura máxima da fachada: 4,98m <7,00m;
- Índice de ocupação do solo /implantação: 0,017 <0,35;
- Índice de utilização do solo /construção: 0,017.
- Após apreciação, verifica-se que a pretensão cumpre com o regime de edificabilidade estabelecido pelo art.30º do PDMA, no entanto deverá ser encaminhado para Reunião de Câmara e posteriormente para a Assembleia Municipal a fim de ser reconhecido o seu interesse para a economia do concelho, caso assim seja entendimento superior.
- No que diz respeito ao cumprimento do art.82º do Regulamento do PDM, irá considerar-se a área de construção: 494,00 m²
- Assim, o requerente deverá assegurar 8 lugares de estacionamento (7 lugares de ligeiros + 1 de pesados), sendo que destes 1 serão para pessoas com mobilidade condicionada (de acordo com DL 163/2006 de 8 de Agosto).
- O descrito artigo prevê o acréscimo de 20% sobre o total dos lugares calculados, assim o requerente deve garantir 2 lugares de estacionamento para uso público (1 lugares de ligeiros + 1 de pesados).
- O requerente vem solicitar a dispensa de criação de lugares para uso público.
- Assim, e em cumprimento do n.º 8 do art.82º do Regulamento do PDM, deverá a Câmara Municipal deliberar a ~~dispensa total~~ do cumprimento da dotação de estacionamento. De acordo com o art.105º do RUMA, deverá o requerente compensar o Município no valor de 833,75€ = [(2,5 X 5)+(3 x 15)] X 14,50€/m².
- No que respeita ao Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), verifica-se que para o local da intervenção **não** existe uma faixa de gestão de combustível, conforme estipulado pelo art.22º do PDMA, pelo que terá de salvaguardar o afastamento de 50m aos extremos do prédio.
- Confirma-se ainda que para o local conforme classificado pelo PMDFCI, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º1 do art.15º do PDMA, o prédio possui a categoria de risco de incêndio média, baixa e muito baixa.
- De salientar que, considerando o enquadramento dos instrumentos de gestão territorial aplicável (PDM), de acordo com a alínea c) do n.º4 (ou eventualmente na alínea c) do n.º6) do art.16º do DL 124/2006 de 28/06, na sua atual redação, a presente pretensão carece de parecer vinculativo do CMDF (Comissão de Municipal de Defesa da Floresta).
- Mais se verifica que a parcela em solo rural se encontra afeta às condicionantes estabelecidas pelo DL 55/2007 de 12/03, na atual redação, não cumprindo assim com o disposto na alínea b) do n.º1 do art.15º do PDMA.



Assembleia Municipal

-----Dado o enquadramento, o abastecimento de água e a drenagem de águas residuais deverão ser resolvidos por sistemas autónomos, que no caso do abastecimento de águas deverá ser devidamente acompanhado por autorização de utilização dos recursos hídricos, emitida pela APA, para consumo humano, ou no caso de extensão as despesas das mesmas serão custeadas pelo requerente, de acordo com o n.º2 do art.º15 do PDMA, exceto no caso deste já se encontrar servido pelas descritas infraestruturas.

-----SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA.---

-----Quanto à localização face às áreas de restrição de utilidade pública: Reserva Ecológica Nacional (REN) e Reserva Agrícola Nacional (RAN), verifica-se que o prédio se encontra parcialmente condicionado por RAN, no entanto a proposta não se insere na presente restrição.

-----Mais se verifica que a pretensão não se localiza em área de servidão administrativa.

-----Conclusão.-----

-----Propõe-se o encaminhamento do presente à CMDF, para a sua apreciação nos termos pelo art.16º do DL 124/2006 de 28/06.

-----Mais se propõe a Vossa Ex.ª o encaminhamento do processo a Reunião de Câmara para a tomada de decisão sobre a declaração do seu interesse para a economia do concelho e posterior encaminhamento para a Assembleia Municipal, caso assim seja entendimento superior.

-----Propõe-se ainda a Vossa Ex.ª, o encaminhamento para deliberação em Reunião de Câmara, sobre a dispensa parcial dos lugares de estacionamento, conforme previsto pelo n.º7 do art.82º do PDMA.

-----Recomenda-se a Vossa Ex.ª que seja informado o requerente da necessidade de proceder ao levantamento às condicionantes estabelecidas pelo DL 55/2007 de 12/03, na atual redação.-----

-----À consideração superior.-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para explicar que “aquilo que se pretende é que a Assembleia Municipal reconheça, ou não, o interesse para a economia do concelho deste armazém; é a única forma desta construção vislumbrar alguma expectativa de legalização.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, com uma abstenção e trinta votos a favor, e de acordo com o parecer técnico supra, aprovar a emissão de Certidão de Declaração de Interesse para a Economia do Concelho, relativamente a um armazém, localizado em Vale de Matouco, freguesia de S. Martinho da Cortiça, em nome de Expoflor CORP..-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----



Assembleia Municipal

2 - Apreciação e votação da proposta da Minuta de Protocolo de Colaboração a celebrar entre a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, a Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. e o Município de Arganil, no âmbito do projecto “Unidades Móveis de Saúde na Região de Coimbra”.-----

-----Presente a Minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar entre a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, a Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. e o Município de Arganil, no âmbito do projecto “Unidades Móveis de Saúde na Região de Coimbra”, que se dá por reproduzido, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Manuel Augusto Rodrigues** para referir que “a minha intervenção é para afirmar que nos congratulamos por, finalmente, o executivo do PSD avançar com uma proposta que fazia parte do programa do Partido Socialista para este mandato, ou melhor, ir a reboque de um Protocolo que já estava em execução em alguns municípios da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, nomeadamente Condeixa e Montemor-o-Velho, mas mesmo assim, por questão levantada numa reunião de Câmara, pelo vereador do PS, Fernando Vale. É uma proposta que se enquadra naquilo que sempre foi uma das bandeiras do Partido Socialista; a política social para todos, mas em particular para os mais desfavorecidos e uma saúde para todos. O Protocolo fala numa parceria que tem por objecto a utilização de uma Unidade Móvel de Intervenção Precoce/Unidade de Cuidados de Comunidade, no âmbito de actividades de prestação de cuidados de saúde às respectivas populações. O que eu queria questionar ao senhor Presidente e ao executivo, era se esta intervenção precoce tem alguma coisa a ver com a Intervenção Precoce, com letras maiúsculas, que Coimbra foi o criador em 1989 pela mão do pediatra Dr. Luís Borges, e ao qual o Centro de Saúde de Arganil sempre aderiu e que contempla os Ministérios da Saúde, Educação e Segurança Social, e que faz parte do SNIP, Serviço Nacional de Intervenção Precoce na Infância; julgo que não tem nada a ver. Unidade de Cuidados na Comunidade, o Centro de Saúde de Arganil, também já possui e fazem apoios domiciliários. Pelo que sei, o Senhor Presidente disse em reunião de Câmara que esta Unidade Móvel iria prestar apoio às pessoas com dificuldades pessoais; queria então questionar o Senhor Presidente se a autarquia já elaborou um projecto e se sim, quais as metas a atingir. Quem faz a referenciação destas pessoas com dificuldades especiais, é a autarquia ou o Centro de Saúde?”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para dizer que “registro aqui a forma sempre peculiar do senhor deputado Manuel Augusto colocar as questões. Devo dizer que este processo, no âmbito da Comunidade Intermunicipal, é um bocadinho ao contrário; o projecto que está a decorrer actualmente em Condeixa e em Montemor-o-Velho é um projecto-piloto, e é exactamente no âmbito e na sequência desse projecto-piloto que há vários anos foi também, a nível da Comunidade Intermunicipal, elaborada a candidatura para este tipo de estrutura. Se



Assembleia Municipal

o senhor deputado, percebemos que pretenda fazê-lo, pretenda vir aqui levantar uma bandeira, pode fazê-lo, estamos em democracia, mas está um bocadinho ao lado. Em relação a este tipo de resposta, entendemos que ela é importante para os nossos concidadãos, pois como o senhor deputado deve ter verificado, este Protocolo engloba o envolvimento de 3 entidades, nomeadamente o Município, a Comunidade Intermunicipal e a Administração Regional de Saúde; a componente da saúde, a componente da referenciação, como não podia deixar de ser, é da responsabilidade da Administração Regional de Saúde, os ficheiros médicos, como sabe melhor do que eu, são da titularidade e da responsabilidade do Ministério da Saúde, aquilo que os municípios colocam neste processo, para além da componente social, com a alocação de um técnico(a) da área social, é os custos, suporta os custos decorrentes desta intervenção, que é uma mais-valia para os nossos concidadãos, particularmente para aqueles que já usufruem deste tipo de serviço, nomeadamente destes cuidados na comunidade.”-----

-----A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade de trinta e um votos, aprovar o Protocolo de Colaboração a celebrar entre a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, a Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. e o Município de Arganil, no âmbito do projecto “Unidades Móveis de Saúde na Região de Coimbra”.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

3 - Apreciação e votação do projecto de Regulamento do Funcionamento e Utilização da Piscina Municipal de Arganil, após discussão pública.-----

-----Presente a informação INF/DAGF/174, datada de 01/06/2020, da técnica superior Paula Morgado, cujo teor se transcreve, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Sr. Vereador Luís Almeida,-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, eis o que me cumpre informar a V. Exa:-

-----Considerando que:-----

- A Câmara Municipal de Arganil, em sua reunião ordinária de 3 de dezembro de 2019, deliberou, no uso da competência conferida pela alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, o início do procedimento de alteração do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Piscina Municipal de Arganil;-----

- Cumprindo o procedimento previsto no artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, o início do procedimento de alteração do mencionado Regulamento foi publicitado, no dia 17 de dezembro de 2019, no sítio institucional do Município de Arganil, indicando a forma



Assembleia Municipal

como se podia processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração projeto de regulamento;-----

● Decorrido este prazo, não se verificou a constituição de interessados, nem a apresentação de contributos.-----

-----Submeto à consideração de V. Exa a apresentação de proposta à Câmara Municipal, no sentido de, ao abrigo da competência prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º no Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, deliberar submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal o projeto de Regulamento de Funcionamento e Utilização da Piscina Municipal de Arganil, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

-----Anexa-se o projeto de Regulamento de Funcionamento e Utilização da Piscina Municipal de Arganil.-----

-----À Consideração Superior,-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de trinta e um votos, e de acordo com a informação técnica supra, aprovar o Regulamento do Funcionamento e Utilização da Piscina Municipal de Arganil.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

4 - Apreciação e votação da segunda Adenda ao Contrato-Programa nº 06/2014, celebrado com a Junta de Freguesia de Pomares.-----

-----Presente a informação INF/DAGFSF/81, datada de 04/06/2020, da técnica superior Lúcia Coimbra, cujo teor se transcreve, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Senhor Presidente,-----

-----Em coerência com o solicitado e face ao disposto no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que veio aprovar o novo regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais, a competência para deliberar sobre a forma de apoio às freguesias, que na anterior lei, no seu art.º 64.º, n.º6, alínea b) era competência da Câmara Municipal não se encontra atualmente elencada nas atuais competências atribuídas à Câmara Municipal - art.º 33.º da nova Lei, cabendo atualmente tal competência à Assembleia Municipal, conforme disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo (Deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações).-----

-----Neste sentido, compete à Câmara Municipal, apresentar proposta à Assembleia Municipal para que esta delibera sobre a forma de apoio às freguesias e Uniãos de Freguesias em causa, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I



Assembleia Municipal

à citada Lei 75/2013, de 12 de setembro, pelo que se remete a V.^a Ex.^a para aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo I, a minuta de adenda ao contrato programa n.º 06/2014 celebrado com a Freguesia de Pomares, o qual foi aprovado Câmara Municipal em sua reunião de 01 de abril de 2014, no montante de 8.500,00€ (oito mil e quinhentos euros), com o objeto de apoio à execução dos trabalhos de “Requalificação do Edifício da Junta de Freguesia e construção de muro de suporte junto à ribeira, naquela freguesia.”-----

-----Anexo minuta da adenda ao contrato programa n.º 06/2014, cujo objeto será “Requalificação do Edifício da Junta de Freguesia e construção de muro de suporte junto à ribeira, na freguesia de Pomares e construção da barreira junto ao campo de futebol de Pomares.”-----

-----À Consideração Superior,-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de trinta e um votos, e de acordo com a informação técnica supra, aprovar a Segunda Adenda ao Contrato-Programa nº 06/2014, celebrado com a Junta de Freguesia de Pomares.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs que os pontos quinto ao décimo segundo fossem apreciados em conjunto, tendo a Assembleia Municipal concordado com a proposta do Senhor Presidente.-----

-----Presente a informação INF/DAGFSF/82, datada de 04/06/2020, da técnica superior Lúcia Coimbra, cujo teor se transcreve, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Senhor Presidente,-----

-----Em coerência com o solicitado por V.^a Ex.^a e face ao disposto no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que veio aprovar o novo regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais, a competência para deliberar sobre a forma de apoio às freguesias, que na anterior lei, no seu art.º 64.º, n.º6, alínea b) era competência da Câmara Municipal não se encontra atualmente elencada nas atuais competências atribuídas à Câmara Municipal - art.º 33.º da nova Lei, cabendo atualmente tal competência à Assembleia Municipal, conforme disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo (Deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações).-----

-----Neste sentido, compete à Câmara Municipal, apresentar proposta à Assembleia Municipal para que esta delibera sobre a forma de apoio às freguesias e Uniãos de Freguesias em causa, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I à citada Lei 75/2013, de 12 de setembro, pelo que se remete a V.^a Ex.^a para



Assembleia Municipal

aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo I, minuta do protocolo de cooperação (contrato programa) a celebrar com as Freguesias de Arganil, Celavisa, Folques, Piódão, Pomares, Pombeiro da Beira e Uniões de Freguesias de Côja e Barril de Alva e Vila Cova de Alva e Anseriz, com vista à comparticipação financeira na execução de diversos trabalhos, no valor que ascende 71.118,05€, contendo as cláusulas que nele deverão ficar consignadas, destacando-se, pela sua importância, as seguintes:-----

- Objeto e Valor das comparticipações:-----
 - Freguesia de Arganil: “Beneficiação da Rua da Redonda no Maladão”: 17.500€ (dezassete mil e quinhentos euros);-----
 - Freguesia de Celavisa: “Remodelação do sistema de abastecimento de água em Travessas e construção de instalações para abrigo de moto bomba do sistema de defesa de incêndios de Travessas”: 3.118,05€ (três mil, cento e dezoito euros e cinco cêntimos);-----
 - Freguesia de Folques: “Construção de depósito de água para combate a incêndios no Alqueve” : 10.000€ (dez mil euros);-----
 - Freguesia de Piódão: “Instalação de conduta no Tojo”: 5.000€ (cinco mil euros);-----
 - Freguesia de Pomares: “Abate de árvores queimadas na Freguesia de Pomares”: 3.000€ (três mil euros);-----
 - Freguesia de Pombeiro da Beira: “Calçetamento da Rua de S. Miguel na Aveia”: 7.500€ (sete mil e quinhentos euros).-----
 - União de Freguesias de Côja e Barril de Alva: “Alargamento nas Covadas de Baixo; Execução da 2ª Fase do Jardim das Rosas em Côja; Execução de passeio em Pavê no Bairro Padre Augusto Calinas em Côja” : 20.000€ (vinte mil euros);-----
 - União de Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz: “Comparticipação financeira para aquisição de viatura”: 5.000€ (cinco mil euros).-----
- Prazo de Vigência:-----
 - Data da Assinatura do contrato até ao cumprimento das obrigações de ambas as partes;-----
- Pagamento:-----
 - Para os Contratos Programa das Freguesias de Arganil, Celavisa, Folques, Piódão, Pomares, Pombeiro da Beira e União de Freguesias Côja e Barril de Alva o pagamento será efetuado em 2 prestações, sendo a 1.ª Prestação, no valor de 50%, até 30 (trinta) dias após a assinatura dos contratos e a 2.ª Prestação, no valor de 50%, aquando o cumprimento total do objeto dos contratos e apresentação da documentação comprovativa da realização da despesa.-----
 - Para o Contrato Programa da União de Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz o pagamento da verba será efetuado em uma prestação, efetuada até 30 (trinta) dias após a assinatura contrato.-----
- Prazo de cumprimento: - até ao final de 2020-----



Assembleia Municipal

- Incumprimento:-----
-----A falta de cumprimento dos contratos implica a devolução dos montantes atribuídos;-----
- Acompanhamento e controlo:-----
-----O acompanhamento e controlo do cumprimento dos contratos é feito pela Câmara Municipal, assistindo-lhe o direito de fiscalizar as suas execuções.-----
-----Anexo minutas dos contratos programa.-----
-----À Consideração Superior,-----

5 - Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Arganil, com vista a compartilhar financeiramente as obras de beneficiação da Rua da Redonda, na localidade do Maladão, a realizar pela Junta de Freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de trinta e um votos, e de acordo com a informação técnica supra, aprovar o Contrato-Programa com a Freguesia de Arganil, com vista a compartilhar financeiramente as obras de beneficiação da Rua da Redonda, na localidade do Maladão, a realizar pela Junta de Freguesia.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

6 - Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Celavisa, com vista a compartilhar financeiramente as obras de remodelação do sistema de abastecimento de água em Travessas e construção de instalações para abrigo de moto-bomba do sistema de defesa de incêndios de Travessas, a realizar pela Junta de Freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de trinta e um votos, e de acordo com a informação técnica supra, aprovar o Contrato-Programa com a Freguesia de Celavisa, com vista a compartilhar financeiramente as obras de remodelação do sistema de abastecimento de água em Travessas e construção de instalações para abrigo de moto-bomba do sistema de defesa de incêndios de Travessas, a realizar pela Junta de Freguesia.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

7 - Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Folques, com vista a compartilhar financeiramente as obras de construção do depósito de água para combate a incêndios, no Alqueve, a realizar pela Junta de Freguesia.-----



Assembleia Municipal

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de trinta e um votos, e de acordo com a informação técnica supra, aprovar o Contrato-Programa com a Freguesia de Folques, com vista a compartilhar financeiramente as obras de construção do depósito de água para combate a incêndios, no Alqueve, a realizar pela Junta de Freguesia.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

8 - Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Pomares, com vista a compartilhar financeiramente o abate de árvores queimadas na Freguesia de Pomares, a realizar pela Junta de Freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de trinta e um votos, e de acordo com a informação técnica supra, aprovar o Contrato-Programa com a Freguesia de Pomares, com vista a compartilhar financeiramente o abate de árvores queimadas na Freguesia de Pomares, a realizar pela Junta de Freguesia.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

9 - Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Pombeiro da Beira, com vista a compartilhar financeiramente as obras de calcetamento da Rua de S. Miguel, na localidade de Aveia, a realizar pela Junta de Freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de trinta e um votos, e de acordo com a informação técnica supra, aprovar o Contrato-Programa com a Freguesia de Pombeiro da Beira, com vista a compartilhar financeiramente as obras de calcetamento da Rua de S. Miguel, na localidade de Aveia, a realizar pela Junta de Freguesia.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

10 - Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Piódão, com vista a compartilhar financeiramente as obras de instalação de conduta, na localidade do Tojo, a realizar pela Junta de Freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de trinta e um votos, e de acordo com a informação técnica supra, aprovar o Contrato-Programa com a Freguesia de Piódão, com vista a compartilhar financeiramente as obras de instalação de conduta, na localidade do Tojo, a realizar pela Junta de Freguesia.-----



Assembleia Municipal

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

11 - Celebração de Contrato-Programa com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, com vista a compartilhar financeiramente as obras de alargamento nas Covadas de Baixo, a execução da 2ª Fase do Jardim das Rosas e execução de passeio, em pavê, no Bairro Padre Augusto Calinas em Côja, a realizar pela União das Freguesias.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de trinta e um votos, e de acordo com a informação técnica supra, aprovar o Contrato-Programa com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, com vista a compartilhar financeiramente as obras de alargamento nas Covadas de Baixo, a execução da 2ª Fase do Jardim das Rosas e execução de passeio, em pavê, no Bairro Padre Augusto Calinas em Côja, a realizar pela Junta de Freguesia.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

12 - Celebração de Contrato-Programa com a União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, com vista a compartilhar financeiramente a aquisição de uma viatura.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de trinta e um votos, e de acordo com a informação técnica supra, aprovar o Contrato-Programa com a União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, com vista a compartilhar financeiramente a aquisição de uma viatura, a realizar pela Junta de Freguesia.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

13 – Para conhecimento - Listagem de Contratos Plurianuais celebrados entre 1 de Abril de 2020 e 31 de Maio de 2020, no âmbito da Autorização Prévia genérica da Assembleia Municipal, para assunção de compromissos plurianuais – alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redação (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso).-----

-----Presente a informação INF/DAGF/181, datada de 08/06/2020, da técnica superior Paula Duarte, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----



Assembleia Municipal

14 – Para conhecimento - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.-----

-----Presente o Relatório Financeiro e o Relatório de Actividades correspondentes ao período de 01/01/2020 a 31/05/2020 e 01/04/2020 a 31/05/2020, respectivamente, que se dão por reproduzidos, para todos os efeitos legais, e dos quais se anexam cópias à acta.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ENCERRAMENTO

-----Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, quando eram doze horas e agradeceu a colaboração de todos os Deputados.-----

-----Para constar se lavrou a presente acta que eu, Odete Fernandes, redigi e vou assinar, junto do Senhor Presidente.-----
